

Parecer nº 62/99

Data: 1999.04.28

Processo nº 576

O Dr. Manuel Humberto Lopes São João, advogado, veio requerer à CADA a emissão de Parecer sobre vários pedidos de acesso a dados constantes dos Serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha do Faial.

A Reclamação apresentada respeita a três pedidos, todos relativos a dados constantes do sistema de informação sobre efectivos pecuários, conhecido sob a sigla SIBOV:

- a) o primeiro pedido respeita exclusivamente à confirmação de que determinada pessoa (identificada nos autos) possui ou não animais inscritos no SIBOV, destinando-se a certidão a instruir acção de despejo. O Serviço de Desenvolvimento Agrário do Faial (Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente) recusou o acesso com o fundamento de que os dados são de carácter pessoal.
- b) no segundo, pretendia obter certidão sobre a eventual existência de inscrição de bovinos de um ex-marido de uma sua constituinte, ambos identificados nos autos. Mais aduzia no pedido de acesso que a certidão tinha como finalidade a elaboração e instrução da relação de bens, com vista ao inventário para partilha dos bens comuns do casal, na sequência de processo de divórcio já transitado. O mesmo serviço, acolhendo desta vez o pedido, informou o reclamante de que os dados poderiam ser consultados.
- c) o terceiro dizia respeito à confirmação sobre o eventual registo com proprietários de animais de três pessoas identificadas, pretendendo também saber se existiu processamento de subsídios a qualquer delas. A finalidade invocada é igualmente a de instruir um processo de despejo. Também aqui o Serviço de Desenvolvimento

Agrário do Faial recusou o acesso com o fundamento de que os dados são de carácter pessoal.

O Sistema de Informação de efectivos pecuários existe em suporte automatizado e tem como finalidade “manter um registo histórico de todas as ajudas ao rendimento e investimentos, concedidas pela Secretaria Regional, nomeadamente no âmbito de apoios comunitários...” encontrando-se o tratamento e respectivos ficheiros, registados na Comissão Nacional de Protecção de Dados.

O registo de efectivos pecuários, bem como eventuais subsídios percebidos pelos proprietários são de registo obrigatório face à Regulamentação comunitária.

A CADA havia já emitido um Parecer, em caso similar, quanto a dados existentes na Direcção de Agricultura de Trás-os-Montes respeitantes a explorações de animais ou detentores de animais.

Dizia-se no Parecer da CADA:

“ ...Em Portugal, nas pisadas do regime comum estabelecido na União Europeia, através da Directiva nº 92/102/CEE, do Conselho de 27 de Novembro veio a ser criado um sistema de identificação e registo de animais, previsto na Portaria nº 243/94 de 18 de Abril. De tal registo consta nomeadamente, a identificação da exploração ou de detentor dos animais, bem como o número de animais presentes na exploração....”

“.....Trata-se de medidas comuns que visam não apenas o mero registo de animais no espaço da UE, mas também a recolha de informações que permitam uma fiscalização sanitária adequada, dando ao mesmo tempo mais garantias aos consumidores quanto à proveniência dos produtos comercializados.”

A respeito do segredo comercial, industrial ou sobre a vida interna das empresas a CADA considerou então que “a lei nº 65/93 de 26 de Agosto (lei de Acesso aos Documentos da Administração) quis salvaguardar, do direito de acesso universal,

determinados documentos em posse da administração, que pudessem vir a revelar segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas, conforme resulta do artigo 10º daquela lei (na redacção dada pela lei nº 8/95 de 29 de Março), dando à administração o poder de recusar o acesso a essas informações. Nestas se devem incluir também informações quanto à actividade agrícola e, especificamente à actividade pecuária.”

Contudo a CADA entendeu que a “informação existente no Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola respeitante à identificação e registo de animais é, pela sua natureza e finalidade, documentação administrativa, nos termos e para efeitos do nº 1 alínea a) do artigo 4º da lei nº 65/93. Essa informação e tais dados são a todos acessíveis (nos termos do artigo 7º nº 1 da mesma lei). É assim quanto ao proprietário da exploração, local e tipo de efectivos que explora (ovinos, caprinos, suínos ou bovinos)”.

Reflectindo sobre o tipo de informação existente, colocou-se a questão de saber se o número de animais de cada exploração seria um segredo a não revelar por poder estar incluído numa esfera de actividade que corresponde a um resultado de uma determinada forma de produção animal. A CADA teve o entendimento negativo, o que corresponde a dizer que a informação do “número de animais” e “espécie de animais” não é um dado susceptível de se incluir no segredo da exploração e produção. Veja-se que outras informações, que podem ser recolhidas pelos serviços, no âmbito das suas actividades, podem vir a ser recusadas com tal fundamento: por exemplo, as raças que possui, a produção anual (nº de bovinos nascidos e comercializados), locais de deslocação etc. que sendo de obrigatória declaração ou de fiscalização conveniente por parte dos organismos estaduais, podem vir a não ser facultadas a terceiros, por se inserirem numa fatia de informações da actividade económica e financeira de um determinado proprietário ou até de informações de boas práticas de alimentação ou de gestão de efectivos, cujo conhecimento poderia levar a práticas de concorrência desleal.

Concluiu a CADA que *“as informações relativas ao nome do proprietário, da exploração ou do detentor de animais, sua localização, bem como o número e espécie de animais registados nos termos da Portaria nº 243/94 de 18 de Abril, constituem documentos administrativos, nos termos e para os efeitos do artigo 4º nº 1 alínea a) da lei nº 65/93, sendo a todos acessíveis de acordo com o artigo 7º nº 1 da lei citada.”*

Poderia ainda ser analisada a questão da aplicação da lei nº 67/98 de 26 de Outubro (Lei de Protecção de Dados Pessoais) aos dados constantes do Registo de Bovinos, já que têm tratamento automatizado. Seria então de ponderar o concurso de dois regimes jurídicos diversos, o da Lei de Acesso à Documentação Administrativa e da Lei de Protecção de Dados.

Contudo, o facto do pedido ter sido feito por advogado, a quem a lei reconhece poderes especiais de acesso a dados da administração pública, torna tal análise desnecessária.

Na verdade o Estatuto da Ordem dos Advogados, no artigo 63º, confere ao advogado, no exercício da sua profissão, o direito ao exame e à certificação, sem necessidade de exhibir procuração, de processos, livros ou documentos, em qualquer tribunal ou repartição pública, excepto se estes tiverem *carácter reservado ou secreto*.

Ora as informações solicitadas não têm carácter reservado ou secreto.

Nestes termos a CADA, reiterando a decisão anterior, emite Parecer Favorável ao acesso aos dados requeridos, na medida que estes são pedidos por Advogado no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo respectivo Estatuto, não sendo invocável o regime de protecção de dados pessoais para impedir tal acesso, que recai sobre informações que não são reservadas ou confidenciais. Nesta medida os Serviços de Desenvolvimento Agrário devem passar as necessárias Certidões.

Lisboa, 28 de Abril de 1999.

João Labescat (Relator) - Silva Marques - Narana Coissoró - Francisco de Brito – José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - Castro Martins (Presidente)